

TERMO DE RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0015.356027/2019-11/IDARON/RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2020/KAPPA/SUPEL/RO.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução tecnológica através de comunicação via satélite, em tempo real e ininterrupto com cobertura nacional, para rastreamento e monitoramento de 165 veículos, para atender as necessidades da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de sua Presidente, designada por força das disposições contidas na Portaria nº 192/CI/SUPEL, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia, edição do dia 13 de setembro de 2019, atentando para as **RAZÕES DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**, enviada via e-mail pela empresa **TSM MONITORAMENTO**, pugnando o Edital da licitação em epígrafe, passa a analisar e esclarecer o que adiante segue.

I – DA ADMISSIBILIDADE

Tendo sido encaminhado o pedido em 12/03/2020, considerando que a data de abertura da Sessão Inaugural estar agendada para o dia 13/03/2020, às 09h00min (horário de Rondônia), portanto, recebe e conhece do Pedido de **ESCLARECIMENTO** interposto, por reunir as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerado **TEMPESTIVO**.

II – DO MÉRITO – DOS QUESTIONAMENTOS E DAS RESPOSTAS:

Inicialmente cabe ressaltar que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Outrossim, a Administração não pode realizar contratações aventureiras, tendo o dever de zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado.

Pois bem. Considerando que o Edital é elaborado com informações subsidiárias da Pasta Gestora, através do Termo de Referência, o pedido em questão foi encaminhado para manifestação da **IDARON/RO**, visto que essa que detém de conhecimento técnico, defini o objeto da licitação e tem pleno conhecimento dos serviços que pretende contratar, assim, com base nas informações prestadas pela Pasta de Origem, apresentamos os seguintes **questionamentos**.

1) Questionamento – Em relação as características do equipamento.

4.0.4.1. O equipamento deve ser composto de microprocessador/micro controlador, antena GPS, Padrão IP68, cabos e conectores, baterias redundantes.

Questionamento: O equipamento convencional para aplicação ao referido objeto é com o padrão IP67, ou seja, sendo o mesmo com proteção contra poeira e principalmente pela água (quando submerso há uma profundidade máxima exigida). Nota-se que o objeto menciona que há veículo de natureza fluvial e por isso a necessidade de uma averiguação adequada.

2) Questionamento – Em relação ao selo e etiqueta ANATEL

4.0.4.2. A empresa deverá apresentar Selo e Etiqueta ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, que comprove a certificação/aprovação dos equipamentos, conforme Resolução nº 242/2000.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar
Porto Velho, Rondônia.

Questionamento: Tal exigência não é legal e principalmente usual para o referido objeto. As empresas prestadoras de serviços (licitantes que atuam junto ao segmento) não possuem aptidão para usufruir de certificado e selo emitido pela Anatel. A Anatel somente homologa empresas que usam, para a sua atividade fim, transmissão de dados satelitais a dependência de serviços oriundos de telecomunicações. Poderá ocorrer, eventualmente, de alguma licitante obter tal certificado / selo, porém será através de alguma operadora de telecomunicações e não diretamente junto à Anatel. Cabe à Anatel, e isso deveria ser uma exigência do termo de referência, que o módulo de rastreamento seja homologado e válido pela a mesma e que tal certificado seja apresentado na fase de habilitação.

RESPOSTA DA IDARON:

1) [...] O solicitado no Anexo I - Termo de Referência do edital, in verbis, "4.0.4.1. - O equipamento deve ser composto de microprocessador/micro controlador, antena GPS, Padrão IP68, cabos e conectores, baterias redundantes". Assim, o exigido para o equipamento é IP68, que fornecerá total proteção contra poeira e por longos períodos de imersão em água doce e pressão. Caso a impugnante ofereça o IP67, será desclassificada por não atender o proposto no edital.

2) [...] O edital é claro, objetivo e sem qualquer ilegalidade. A impugnante deverá atender o enunciado do edital, que diz em seu Anexo I - Termo de Referência "4.0.4.2 - A empresa deverá apresentar Selo e Etiqueta ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, que comprove a certificação/aprovação dos equipamentos, conforme Resolução nº 242/2000". Desta forma, como não foi previsto na fase de habilitação do certame, a empresa deverá obrigatoriamente apresentar no momento da contratação.

Por ser pré-requisito obrigatório para fins de comercialização e utilização no país dos produtos classificados nas categorias enquadradas em tal Resolução, o TCU já posicionou favorável no Acórdão 998/2016 - Plenário quanto à exigência de tal certificado nos editais de licitação.

III – DECISÃO

Desta forma, levando em conta às informações trazidas à baila pela Pasta interessada, julga-se sanado o pedido de **ESCLARECIMENTO**.

Informamos que o Adendo Modificador I, com nova data de abertura marcada para o dia 25 de maio de 2020, às 10:00 (Horário de Brasília), já está disponível no site <http://www.rondonia.ro.gov.br/supel>, e a partir do dia 11 de maio de 2020, estará disponível no sistema COMPRASNET.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessário.

Porto Velho (RO), 08 de Maio de 2020.

IZAURA TAUFMANN FERREIRA
Pregoeira da Equipe KAPPA/SUPEL/RO
Matrícula nº 300094012